

Requerimento de Comissão

3116/2023

Senhor Presidente,

Requeiro à Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com o art. 48, I e II do Regimento Interno, que seja encaminhado, por meio da Mesa, ao Sr. Fuad Jorge Noman Filho, Prefeito de Belo Horizonte, e ao Sr. José Reis Nogueira de Barros, Secretário Municipal de Meio Ambiente, pedido de informação sobre normas de proteção e defesa dos equídeos no âmbito do Município de Belo Horizonte e dá outras providências.

Em decorrência da tramitação do Projeto Lei nº 772, que "Institui normas de proteção e defesa dos equídeos no âmbito do Município de Belo Horizonte e dá outras providências", questiona-se:

- 1) Quais são os mecanismos e ações que o Município de Belo Horizonte dispõe para enfrentar a ocorrência de maus-tratos em relação aos equídeos?
- 2) Qual é o efetivo que a Prefeitura de Belo Horizonte disponibiliza para realizar a fiscalização dos maus-tratos aos equídeos?
- 3) Em relação à execução de procedimentos invasivos, cirúrgicos, anestésicos ou injuriantes por pessoa sem qualificação técnica profissional, quais as medidas efetivas que o Município de Belo Horizonte tem tomado para garantir que isso não ocorra?
- 4) Quais são as iniciativas de fiscalização que a Prefeitura de Belo Horizonte dispõe para prevenir o desconforto e sofrimento para animais em situação de clausura isolada ou coletiva, inclusive nas situações transitórias de manejo, transporte, comercialização e exibição?
- 5) Existe fiscalização a respeito de maus-tratos à equídeos nos casos de submissão de atividades excessivas, que ameacem sua condição física e/ou psicológica, para dele obter esforços ou comportamentos que não se observariam senão sob coerção?

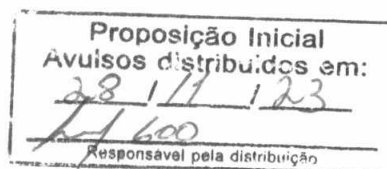
- 6) O Poder Público Municipal tem implantado medidas para prevenir situações de permanência de equídeos, soltos ou atados por cordas, ou por outros meios, em vias ou em logradouros públicos pavimentados?
- 7) Existe fiscalização a respeito de venda ambulante de animais, no Município de Belo Horizonte? Em caso positivo, quais são os resultados práticos dessa fiscalização?

Belo Horizonte, 27 de novembro de 2023.

FERNANDA PEREIRA
ALTOE:04519898641

Assinado de forma digital por FERNANDA
PEREIRA ALTOE:04519898641
Dados: 2023.11.27 14:48:56 -03'00'

VEREADORA FERNANDA PEREIRA ALTOÉ
NOVO



Ao Senhor

Vereador Ciro Pereira

Presidente da Comissão Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE
Gabinete da

Requerimento de Comissão

3124/2023

1º

Senhor Presidente,

Requeiro a esta Comissão, nos termos do Art. 48 do Regimento Interno, a realização de visita técnica a ser realizada no dia 18 de dezembro de 2023, às 10h00, com ponto de encontro na Rua Antônio Bandeira nº 45, bairro Tupi/BH.

A realização desta visita técnica se justifica em razão de analisar a implantação de um sistema de drenagem em toda a via, pois o volume de água pluvial tem provocado alagamentos expressivos na área e ruas adjacentes e por consequência tem colocado em risco a segurança e a saúde dos moradores e dos estabelecimentos da região.

Durante a visita técnica, os representantes da Prefeitura deverão apresentar as informações referentes às possíveis soluções e providências cabíveis, bem como o prazo para sua informação.

Sugiro que sejam convidados:

- Castellar Modesto Guimarães Neto, Secretário Municipal de Governo (smgo@pbh.gov.br);
- Leandro César Pereira, Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura (gabinete.smobi@pbh.gov.br);
- Ricardo de Miranda Aroeira, Diretor de Gestão de Águas Urbanas (dgau@pbh.gov.br);
- Wellington de Souza Silveira, CARE-N - Coordenadoria de Atendimento Regional Norte, (care-n@pbh.gov.br);
- Eng. Frederico Luciano, (frederico.Luciano@pbh.gov.br);

Belo Horizonte, 29 de novembro de 2023.

ELIZETE LOIDE

GONCALVES

TAVARES:048417

92686

Vereadora Loide Gonçalves

Assinado de forma digital por ELIZETE LOIDE
GONCALVES TAVARES:04841792686
Dados: 2023.11.29 13:40:26 -03'00'

Podemos/MG

Proposição Inicial
Avulsos distribuídos em:
<u>29/11/23</u>
<u>600</u>
<small>Responsável pela distribuição</small>

Ao Excelentíssimo Senhor

Vereador Ciro Pereira

Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA: 29/11/2023
HORA: 13:44
SIL 7072



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão

I

3

3125/2023

Ilustríssimo Senhor Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos animais e Política Urbana,

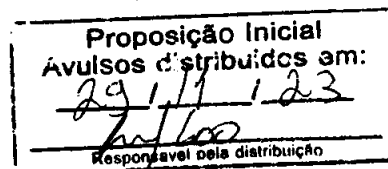
Requeiro a esta Comissão, que seja realizada **Visita Técnica**, no dia **13 de dezembro de 2023**, às **10h30**, em frente à **Creche Comunitária Bom Menino**, localizada na **Rua Padre Henrique Vaz**, (Conhecida como **Rua Coletora II**), nº **90** – **Bairro Castanheira I**, (Barreiro), com a finalidade de realizar estudo técnico para solucionar problema de drenagem das águas pluviais na referida via.

Ressalto que é necessário implantar bocas de lobo na **Rua Padre Henrique Vaz**, pois desce muita água pluvial pela **Rua Maria Ignêz Abijaudi** e como não tem escoamento, a rua alaga e a água passa pelo passeio e entra na **Creche Comunitária Bom Menino**, causando muitos transtornos e prejudicando as aulas das crianças.

Ponto de Encontro: **Creche Comunitária Bom Menino**, localizada na **Rua Padre Henrique Vaz**, (Conhecida como **Rua Coletora II**), nº **90** – **Bairro Castanheira I**, (Barreiro).

Aproveitamos a oportunidade para apresentar a lista de convidados:

- Coordenador de Atendimento da Regional Barreiro, **Sr. Oscar Augusto Duval da Silva**;
- Gerente Regional de Manutenção Barreiro, **Sra. Bruna Ferrari Bitencourt**;
- Subsecretário de Zeladoria Urbana, **Sr. Leonardo José Gomes Neto**;



Cordialmente,

Belo Horizonte, 24 de novembro de 2023.

JULIANO LOPES
LOBATO:957604
15620

Assinado de forma digital
por JULIANO LOPES
LOBATO:95760415620
Dados: 2023.11.29 14:27:37
-03'00'

Vereador Professor Juliano Lopes
Líder do AGIR

Ao Ilustríssimo Senhor
Vereador Ciro Pereira

Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos animais e Política Urbana

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA: 29/11/2023
HORA: 14:46
5127075

Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO Nº
3126/2023

Senhor Presidente,

Requeiro à Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com o art. 48, I e II do Regimento Interno, que seja encaminhado, por meio da Mesa, ao Sr. Fuad Jorge Noman Filho, Prefeito de Belo Horizonte, e ao Sr. João Antônio Fleury Teixeira, Secretário Municipal de Política Urbana, pedido de informação sobre o Parque das Mangabeiras, localizado no Bairro Serra, no Município de Belo Horizonte.

Recebi em meu gabinete várias demandas dos frequentadores do Parque das Mangabeiras, relatando que a Portaria Norte, localizada na Praça Cidade do Porto, n.º 100, Bairro Serra, está fechada há alguns anos. Isso tem trazido uma série de transtornos para os usuários desse equipamento público, já que essa é a área em que se verifica maior número de vagas de automóveis disponíveis para estacionamento, bem como se localiza próximo ao 127ª Cia da Polícia Militar, o que garante uma maior segurança aos frequentadores.

Os relatos trazem ainda dificuldades por parte da população idosa, os quais necessitam realizar grandes deslocamentos para conseguir acesso por meio das outras entradas. Em consulta ao site da Prefeitura de Belo Horizonte, de fato, verifica-se a informação do fechamento da referida portaria.

Diante disso, questiona-se:

- 1) Há quanto tempo a Portaria Norte do Parque das Mangabeiras encontra-se fechada?
- 2) Há previsão para a reabertura da portaria?
- 3) Quais foram os critérios usados pela PBH para o fechamento da referida portaria?

4) A PBH realizou algum estudo para verificar qual o impacto desse fechamento para os frequentadores e funcionários do parque?

Belo Horizonte, 29 de novembro de 2023.

FERNANDA PEREIRA Assinado de forma digital por
ALTOE:0451989864 FERNANDA PEREIRA
1 **ALTOE:04519898641**
Dados: 2023.11.29 17:26:03
-03'00'

VEREADORA FERNANDA PEREIRA ALTOÉ

NOVO

Ao Senhor

Vereador **Ciro Pereira**

Presidente da Comissão Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana

Proposição Inicial
Avulsos distribuídos em:
30 / 11 / 2023

739
Responsável pela distribuição

Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO Nº
3127/2023

Senhor Presidente,

Requeiro à Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com o art. 48, I e II do Regimento Interno, que seja encaminhado, por meio da Mesa, ao Sr. Fuad Jorge Noman Filho, Prefeito de Belo Horizonte, e ao Sr. João Antônio Fleury Teixeira, Secretário Municipal de Política Urbana, pedido de informação relativo aos transtornos causados em razão da similaridade dos nomes da Rua Bragança, no Bairro Pompeia e da Rua Capitão Bragança, no Bairro Santa Tereza, ambas no Município de Belo Horizonte.

Recebi em meu gabinete demanda de moradores do Município de Belo Horizonte, relatando uma série de contratempos decorrentes da semelhança entre os nomes da Rua Bragança e da Rua Capitão Bragança, a primeira localizada no Bairro Pompeia e a outra no Bairro Santa Tereza. Os mencionados problemas estão ocorrendo frequentemente em viagens guiadas por aplicativos baseados na navegação por GPS.

Com base no exposto acima, questiona-se:

1. A Prefeitura de Belo Horizonte tem ciência dos mencionados contratempos em razão das ruas com nomes similares?
2. Em caso positivo para o item 1, a Prefeitura está considerando tomar medidas para mitigar possíveis problemas causados por ruas com nomes semelhantes?

3. Como a Prefeitura orienta os serviços de navegação, como GPS e aplicativos de mapas, a lidar com a semelhança de nomes de ruas? Existem diretrizes específicas ou colaborações para melhorar a precisão?
4. A PBH vislumbra algum óbice legal para a alteração do nome de alguma das duas ruas mencionadas?

Sem mais para o momento, reforço os votos de estima e consideração.

Belo Horizonte, 01 de dezembro de 2023.


FERNANDA PEREIRA
ALTOE:04519898641

Assinado de forma digital por
FERNANDA PEREIRA
ALTOE:04519898641
Dados: 2023.12.01 13:53:04 -03'00'

VEREADORA FERNANDA PEREIRA ALTOÉ
NOVO

Proposição Inicial
Avulsos distribuídos em:

01 / 12 / 2023



Responsável pela distribuição

Ao Senhor

Vereador Ciro Pereira

Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO Nº
3128/2023

Senhor Presidente,

Requeiro a esta Comissão, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com art. 48, II do Regimento Interno, seja encaminhado, por meio da Mesa, ao Prefeito de Belo Horizonte, ao Secretário Municipal de Governo, ao Secretário Municipal de Meio Ambiente e ao Secretário Municipal de Política Urbana, **pedido de informação sobre a notícia de suposta supressão de diversas árvores no entorno do Mineirão, na Pampulha, para realização de etapa da “Stock Car” em Belo Horizonte.**

Sobre o tema, há notícias na imprensa¹ de que se busca realizar corrida de Stock Car a ser realizada em agosto de 2024, inclusive conforme já informado pelo Presidente da Confederação Brasileira de Automobilismo².

Contudo, há denúncias de que o referido evento busca homologação junto aos órgãos públicos, e que intenciona suprimir até 160 (cento e sessenta) árvores no entorno do Mineirão. Afinal, as informações são de que não seria realizada apenas a corrida em si, mas também um festival gastronômico, *shows* musicais e diversos eventos correlatos.

Nesse sentido, para além da possível supressão de grande número de árvores para o evento, também haveria grande ruído, trânsito intenso e acúmulo de resíduos na região, o que é uma das maiores preocupações dos moradores do entorno do Mineirão.

1 <https://www.itatiaia.com.br/editorias/motor/2023/09/18/empresario-detalha-projeto-para-belo-horizonte-receber-etapa-da-stock-car>

2 <https://autopapo.uol.com.br/curta/stock-car-belo-horizonte-2024/>

Excelentíssimo Senhor

Vereador Ciro Pereira

Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos

Animais e Política Urbana


WAGNER FERREIRA
VEREADOR



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Portanto, para apurar a situação em questão, solicito as seguintes informações:

- I. A realização da corrida de "Stock Car" foi autorizada pela Prefeitura de Belo Horizonte? Em caso positivo, houve manifestação favorável da Secretaria Municipal do Meio Ambiente? E da Secretaria Municipal de Política Urbana?
- II. O projeto desenvolvido por técnicos da Stock Car, para a realização de evento da Stock Car, foi apresentado e discutido com a comunidade do entorno do Mineirão, que já sofre com os diversos eventos rotineiros na região?
- III. O projeto da infraestrutura necessária para a corrida da Stock Car impacta na geometria das vias do entorno do Mineirão?
- IV. O projeto da infraestrutura necessária para a corrida da Stock Car impacta na arborização do entorno do Mineirão?;
- V. Caso positivo, quantas árvores serão impactadas com poda ou supressão para a realização do evento?
- VI. Em caso positivo, solicitamos que relacionem as espécies, informando se são árvores de pequeno, médio ou grande porte, bem como a intervenção prevista (poda ou supressão).
- VII. Quais as medidas mitigadoras dos impactos estão previstas para a possível implantação do projeto? Detalhar medidas mitigadoras relativas aos impactos sonoro, no trânsito e geração de resíduos pós evento.

Belo Horizonte, 01 de dezembro de 2023.

Wagner Ferreira
Vereador Wagner Ferreira - PDT

Proposição Inicial
Avulsos distribuídos em:
01 / 12 / 2023

Excelentíssimo Senhor
Vereador Ciro Pereira

Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos
Animais e Política Urbana

Wagner Ferreira
Responsável pela distribuição

Wagner Ferreira
WAGNER FERREIRA
VEREADOR



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DOS ANIMAIS E POLÍTICA URBANA

PARECER EM 1º TURNO AO PROJETO DE LEI Nº 678/2023

1. RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 678/2023, que “Dispõe sobre a desafetação da área pública que menciona e autoriza sua alienação.” de autoria do Vereador Ciro Pereira, vem a esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Políticas Urbana, seguindo os trâmites regimentais, para receber parecer, sob a responsabilidade desta relatoria.

Por conseguinte, o projeto foi distribuído nas Comissões de Legislação e Justiça, no qual recebeu parecer pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade. Desse modo, obedecendo ao Regimento Interno, o Projeto de Lei nº 678/2023, na função de relator designado pela matéria, segue fundamentação, parecer e voto, quanto àquilo que compete à Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana, nos termos do art. 52, IV, “e” e “f”, do Regimento Interno desta Casa Legislativa.

2. FUNDAMENTAÇÃO

O Projeto em análise tem como objetivo dispor sobre a desafetação da área pública passando a integrar o patrimônio dominial do município, o trecho da Rua Domingos Porto limítrofe ao Quarteirão 15 do Bairro Jardim Montanhês, e autoriza sua alienação. A proposição tem como finalidade regularizar propriedades urbanísticas e fundiariamente no Bairro Jardim Montanhês. Além dos benefícios típicos da regularização do parcelamento do solo, destaca-se a possibilidade de o município obter receitas para investir em políticas públicas de interesse coletivo.

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA 27/11/2023
HORA 14.36



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Raphael Boechat Alves Machado em sua obra Propriedade Mineral, explica:

O regime de afetação e desafetação é, em regra, dinâmico, o que permite a alteração do status de um bem, a partir de fatos administrativos, que são eventos fáticos capazes de produzir efeito na Administração Pública. Por exemplo, um determinado prédio público se acometido de desastre que impossibilita o uso, estará desafetado. A afetação e a desafetação são eventos determinantes na realidade jurídica dos bens públicos, alterando a classificação deste quanto à destinação, de dominical para de uso comum ou especial, e vice-versa. Tal alteração é de fundamental relevância, já que somente sobre os bens desafetados, chamados dominicais, há a incidência de contratos de direito privado, como a locação e a compra e venda. (Machado, Raphael Boechat Alves Propriedade mineral [livro eletrônico] / Raphael Boechat Alves Machado. – 1. ed. – Belo Horizonte Editora Expert 2020.)

A proposição apresentada foca a regularização urbanística e fundiária no Bairro Jardim Montanhês, onde tem uma abordagem abrangente no âmbito da política de desenvolvimento e planejamento urbano. No que tange ao planejamento urbano, reflete uma iniciativa estratégica para organizar e desenvolver a área de maneira planejada com parâmetros urbanísticos e sua capacidade de suporte das diversas porções do território.

Além disso, a identificação da não execução integral de um trecho viário, culminando em beco sem saída, sugere uma análise criteriosa da infraestrutura existente e a busca por soluções que otimizem o uso do solo, considerando as necessidades locais. O uso do solo urbano é avaliado pela não essencialidade do elemento do sistema viário para garantir o trânsito adequado de veículos na região. Isso indica uma preocupação com a eficiência no uso do solo, evoluindo para a adaptação às características locais, promovendo um desenvolvimento mais equilibrado e funcional.

Logo, destaca-se a geração de receitas para políticas públicas de interesse coletivo, o município pode promover o desenvolvimento social, investir em infraestrutura, educação e outros setores fundamentais para a melhoria da qualidade de vida na região.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Percebe-se, portanto, que a preocupação do legislador é “a regularização urbanística e fundiária de imóveis no Bairro Jardim Montanhês. Destaca que essa regularização se deve à não execução completa de um trecho de via, culminando em um cul-de-sac, e ressalta a não essencialidade desse elemento do sistema viário para garantir o adequado trânsito de veículos na região. Além dos benefícios inerentes ao processo de regularização do parcelamento do solo, o município também pode obter receitas, que podem ser direcionadas para políticas públicas de interesse coletivo”.

Sendo assim, o projeto de lei não aborda apenas a regularização urbana, mas também evidencia uma visão holística do desenvolvimento urbano, enfatizando a importância da gestão eficaz do solo, do planejamento urbano e da destinação estratégica de recursos para o benefício coletivo.

3. CONCLUSÃO

Diante do exposto, concluo pela aprovação do Projeto de Lei nº 678/2023, pois tem como intuito garantir uma postura municipal em relação ao desenvolvimento e preservando a política urbana.

Belo Horizonte, 27 de novembro de 2023.

WANDERLEY DE
ARAUJO PORTO
FILHO:052398016
73

Assinado de forma digital
por WANDERLEY DE
ARAUJO PORTO
FILHO:05239801673
Dados: 2023.11.27 14:12:44
+03'00'

Vereador Wanderley Porto
PATRIOTA



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DOS ANIMAIS E POLÍTICA URBANA PARECER EM 1º TURNO AO PROJETO DE LEI Nº 701/2023

1. RELATÓRIO

Foi apresentado a esta Casa Legislativa o Projeto de Lei nº 701/2023, que “Dispõe sobre as contrapartidas a serem exigidas a título de medidas mitigadoras e compensatórias de empreendimentos que geram impactos urbanísticos, ambientais e sociais.”, de autoria da vereadora Fernanda Pereira Altoé e outros.

Por conseguinte, o projeto foi distribuído nas Comissões de Legislação e Justiça, Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana; Administração Pública e Orçamento e Finanças Públicas. Sendo assim, obedecendo ao Regimento Interno.

Na função de relator designado pela matéria, segue fundamentação, parecer e voto, quanto àquilo que compete à Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana, nos termos do art. 52, IV, “a”, “d” e “e”, do Regimento Interno desta Casa Legislativa.

2. FUNDAMENTAÇÃO

O projeto de lei 701/2023, representa um avanço significativo nas abordagens de contrapartidas ambientais e urbanísticas vinculadas a empreendimentos. Ao limitar tais contrapartidas a 5% do valor total do empreendimento, o projeto estabelece uma proporção justa e mensurável para mitigar os impactos diretos e indiretos nas áreas circunvizinhas. A inclusão de ações, projetos, obras ou serviços como formas de contrapartida demonstra uma abordagem holística, permitindo uma gama de opções para os empreendedores atenuarem os efeitos do desenvolvimento.

A exigência de que as medidas mitigadoras e compensatórias estejam diretamente relacionadas aos impactos urbanos gerados pelo empreendimento, e que sejam detalhadas em um Termo de Compromisso assinado entre a Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão (SMPOG) e o particular, revela um compromisso com a precisão e eficácia na gestão urbana. Essa abordagem estruturada promove uma conexão direta entre as contrapartidas e os impactos



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

específicos identificados, contribuindo para a sustentabilidade do desenvolvimento urbano.

A possível aprovação do projeto sugere um alinhamento com princípios fundamentais de preservação ambiental e desenvolvimento sustentável. Ao estabelecer diretrizes claras para a mitigação de impactos, o projeto resguarda o meio ambiente local, reforçando simultaneamente a importância do ordenamento urbano. Essa abordagem equilibrada indica um esforço em promover um desenvolvimento urbano integrado, que respeita a natureza e atende às necessidades da comunidade.

A implementação do projeto pode ser vista como um passo construtivo em direção a uma política urbana mais responsável e alinhada com os interesses da cidade. Ao estabelecer parâmetros transparentes para as contrapartidas, o projeto contribui para um planejamento urbano mais eficiente e equitativo, refletindo a preocupação com o bem-estar da comunidade e a sustentabilidade a longo prazo.

Diante do exposto, no âmbito da análise da Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana da Câmara Municipal de Belo Horizonte, no que diz respeito especificamente à matéria relacionada ao meio ambiente, direito ambiental, direito urbanístico local, bem como à política de desenvolvimento e planejamento urbano, não identifiquei impedimentos quanto à disposição dessas questões.

3. CONCLUSÃO

Pelas razões expostas, concluo pela aprovação do Projeto de Lei nº 701/2023.

Belo Horizonte, 27 de novembro de 2023.

WANDERLEY DE
ARAUJO PORTO
FILHO:05239801673

Assinado de forma digital por
WANDERLEY DE ARAUJO PORTO
FILHO:05239801673
Data: 2023.11.27 14:10:56
+03'00'

Vereador Wanderley Porto

PATRIOTA



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

Proposta de Diligência ao Projeto de Lei nº 743/2023 – 1º Turno

Comissão de Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana

Proponho que o Projeto de Lei nº 743/2023 de autoria da vereadora Wesley Moreira, seja baixado em diligência, nos termos do art. 86, II, do Regimento Interno, ao Executivo Municipal, em especial Secretaria Municipal de Meio Ambiente, SMMA, e Secretaria Municipal de Política Urbana, SMPU, Secretaria Municipal de Fazenda, com o objetivo de obter esclarecimentos sobre os seguintes aspectos do projeto:

- 1) Viabilidade Operacional do presente projeto;
- 2) Existência de custos para o Município;
- 3) Eventual invasão de competência na atividade administrativa;
- 4) Outros temas que os órgãos entenderem por pertinentes.

Belo Horizonte, 01 de dezembro de 2023

CIRO DANIEL DE SOUZA
PEREIRA DA
SILVA:01507345658

Assinado de forma digital por CIRO
DANIEL DE SOUZA PEREIRA DA
SILVA:01507345658
Data: 2023.12.01 13:49:22 -03'00'

Vereador Ciro Pereira

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA: 01/12/2023
HORA: 13:53